

A Produção do Conhecimento Geográfico

4

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-81-9

DOI 10.22533/at.ed.819181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “ *A Produção do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 15 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia humana, com ênfase na educação.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia educacional, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com educação, vivência, cultura e relações sociais. A importância dos estudos geográficos educacionais é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRÁFIA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 1	1
PENSAR AS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS É PENSAR O ENSINO E O CURRÍCULO DA GEOGRAFIA	
Victor Hugo Nedel Oliveira Miriam Pires Corrêa de Lacerda Andreia Mendes dos Santos	
CAPÍTULO 2	16
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): O LIVRO DIDÁTICO, O LUGAR E O MUNDO	
Marcos Aurélio Gomes da Silva Armstrong Miranda Evangelista	
CAPÍTULO 3	28
FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: A IMPORTÂNCIA DO USO DO ATLAS ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Reginaldo Firmo Júnior Raul Reis Amorim	
CAPÍTULO 4	35
PRÉ - VESTIBULARES POPULARES: CURRÍCULO E ENSINO DE GEOGRAFIA EM DISPUTA.	
André Tinoco de Vasconcelos	
CAPÍTULO 5	43
A CONSTRUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PÓS- GRADUAÇÃO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento	
CAPÍTULO 6	53
A VISIBILIDADE DAS TEORIAS RACISTAS NOS CONTEÚDOS DA ÁFRICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO PÓS LEI 10.639/03.	
Waldnely Gusmão da Silva Amélia Regina Batista Nogueira	
CAPÍTULO 7	60
VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS COM A GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Denise Wildner Theves Nestor André Kaercher	
CAPÍTULO 8	69
CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DADOS DA II PNERA (1998-2011)	
Rodrigo Simão Camacho	

CAPÍTULO 9	82
CURRÍCULO E O ENSINO DE GEOGRAFIA: ORIENTAÇÕES CURRICULARES E EDUCOPÉDIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	
Renata Bernardo Andrade	
CAPÍTULO 10	96
MOBILIDADE ESPACIAL E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: ANALISANDO A PENDULARIDADE DOS ESTUDANTES NO NORTE FLUMINENSE	
Jéssica Monteiro da Silva Tavares Elzira Lúcia de Oliveira	
CAPÍTULO 11	111
O CONTEXTO INTERDISCIPLINAR NO ESTUDO DOS MAPAS: PROPOSTA DO CURSO DE CARTOGRAFIA ESCOLAR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	
Vânia Lúcia Costa Alves Souza Cristina Maria Costa Leite	
CAPÍTULO 12	121
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE: DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS PELOS MORADORES DAS CASAS FLUTUANTES DO LAGO DE TEFÉ E IGARAPÉ XIDARINI-TEFÉ-AM	
Elklândia Gomes da Silveira Eubia Andréa Rodrigues	
CAPÍTULO 13	132
A LINGUAGEM DO CINEMA NA GEOGRAFIA OU A GEOGRAFIA NA LINGUAGEM DO CINEMA? DISCUSSÕES E CONCEITUAÇÕES DA LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA NO ENSINO DA CATEGORIA FRONTEIRA EM SALA DE AULA	
Daniel Moreira de Souza	
CAPÍTULO 14	143
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DO GEOPROCESSAMENTO	
Laira Cristina da Silva João Henrique Santana Stacciarini	
CAPÍTULO 15	152
JEAN PIAGET E EDGAR MORIN FRAGMENTANDO O PENSAMENTO LINEAR NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CARTOGRAFICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA	
Paulo Roberto Florêncio de Abreu e Silva Antonio Carlos Castrogiovanni Ijaciara Barros de Abreu	
SOBRE A ORGANIZADORA	161

A VISIBILIDADE DAS TEORIAS RACISTAS NOS CONTEÚDOS DA ÁFRICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO PÓS LEI 10.639/03.

Waldnely Gusmão da Silva

Universidade Federal do Amazonas.

Manaus – Amazonas.

Amélia Regina Batista Nogueira

Universidade Federal do Amazonas.

Manaus – Amazonas.

KEY-WORDS: racist theory; Geography textbooks; Law 10.639 / 03.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é abordar as teorias racistas nos conteúdos sobre a África no ensino da geografia e as alterações ocorridas posteriormente à implementação e aplicabilidade da Lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica.

Nesse processo esta lei significou um grande avanço para o estudo da história da África para fins de compreender a diversidade e riqueza cultural dos povos escravizados, que desde sua chegada em território nacional no final do século XVI tiveram seus direitos usurpados pelos povos europeus de quem eram cativos. No Brasil, historicamente a participação da mão de obra negra foi considerada de extrema importância para o desenvolvimento econômico no setor agrícola e pouco relevante no processo histórico e sociocultural do país.

Entende-se que as mudanças oriundas da Lei 10.639/03 são frutos de lutas dos movimentos sociais negros, representando uma tentativa de evidenciar a valoração da condição de submissão para agentes que

RESUMO: O texto tem como objetivo discutir as teorias racistas presentes em livros didáticos de Geografia, analisando a lei 10.639/03, que alterou os conteúdos nos livros didáticos, e seu efeito. Para isso, escolhemos alguns livros de Geografia aprovados para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2010 a 2013 do 3º ano do Ensino Médio. Nossa intenção é observar se a lei vem contribuindo para maior visibilidade do negro no Livro didático.

PALAVRAS-CHAVE: – Teorias Racistas, Livro Didático de Geografia; Lei 10.639/03.

ABSTRACT: The text aims to discuss of racist theory present in Geography textbooks, analyzing the law 10.639 / 03, which changed the contents of textbooks, and its effect. Thereunto, we choose some books of geography approved by the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2010-2013 3rd year of high school. Our intention is watching whether the law has contributed to greater visibility of black in the Textbook.

contribuíram efetivamente na construção da identidade brasileira. De acordo com a LDB as alterações dos conteúdos sobre a África, mostram a relevância que traz o conhecimento do Continente Africano no estudo da Ciência Geográfica.

Nesta árdua tarefa queremos demonstrar neste trabalho que as teorias racistas desde o período colonial brasileiro contribuíram com a condição de inferioridade do africano no Brasil retardando o reconhecimento das diferenças étnicas, religiosas, linguísticas trazidas por diversos clãs. A isenção da heterogeneidade e das complexidades cultural africana tornou-se indiferente até os anos 70 do século XX.

Este estudo torna-se relevante para a compreensão e o entendimento sobre a África e as reflexões sobre o ensino da geografia que antes de lançarmos um olhar indiferente reflexo de teorias racistas, percebamos na sua complexidade a riqueza e valor de seus povos. O procedimento metodológico reuniu um levantamento bibliográfico com livros didáticos de geografia posterior a 2003, artigos científicos e pesquisas on line.

Assim procuramos fazer uma análise reflexiva sobre a visibilidade das teorias racistas nos conteúdos geográficos do ensino médio após a alteração curricular proposta pela LDB e a dificuldades de contemplar nos livros didáticos o cumprimento da Lei.

Portanto, nesse sentido, Silva (2005), “relaciona a identidade étnica e racial às relações de poder”. A afirmação de políticas raciais na educação tem a função de consolidar e mostrar perante a sociedade a importância de resgatar sua herança cultural e dentro dessa perspectiva proporcionar aos afrodescendentes o conhecimento de suas raízes e tradições culturais, assim como a conquista do espaço que lhe é de direito na sociedade.

2 | REFERENCIAL METODOLÓGICO

As teorias racistas surgiram no início do século XIX, entre os cientistas europeus, o termo raça foi utilizado para diferenciar a origem e a superioridade dos povos. O domínio imperialista se legitimou sobre a África e a Ásia utilizando-se dessas teorias. Nos livros didáticos as que mais se destacaram foram o evolucionismo social e o darwinismo social. Para embasar nossa discussão, vamos utilizar como aporte teórico a herança do modelo positivista no ensino da Geografia Pragmática. Nos livros didáticos de geografia, esse modelo cristalizou a imagem do negro na condição de submisso frente ao homem branco. Posteriormente a inclusão das teorias racistas europeias pelo IBGE que utilizava a cor da pele como critério de seleção no censo demográfico, influenciou o modelo de sociedade no Brasil.

A geografia quantitativa a partir das pesquisas realizadas pelo órgão nos anos 80 e 90 promoveram resultados afirmando o crescimento populacional e superioridade da raça branca nos critérios: políticos, sociais, econômicos e educacionais. Nos resultados finais, a população economicamente ativa, com maior remuneração e formação escolar

era a de pele branca. Nesse sentido o próprio ambiente escolar ao repassar os dados do IBGE aos alunos fortalecia essas desigualdades, como aponta Thomas Skidmore:

(...) no pressuposto da superioridade branca algumas vezes implícita, pois deixava em aberto a questão de saber quão inata era a inferioridade negra, e usava os eufemismos raças mais avançada e menos avançadas. Mas a esse pressuposto juntavam-se dois outros. Primeiro, que a população negra estava se tornando menos numerosa que a branca, por razões que incluíam uma taxa de natalidade supostamente menor, uma maior incidência de doenças e sua desorganização social. Segundo, a miscigenação mais clara etária naturalmente produzindo uma população mais clara, em parte porque as pessoas escolhiam parceiros sexuais mais claros (SKIDMORE, 1989, p. 64-65).

Esse ideal de branqueamento que influenciou as estruturas sociais do país até meados do século XX, foi estremecido na década de 80 pelos Movimentos Sociais dos povos marginalizados que lutavam pelo reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros. Nesse advento em 1982 o Movimento Negro Unificado reivindicava a desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

Diante da trajetória por uma política antirracista, no ano de 1996 o MEC introduziu no currículo escolar das Ciências Humanas, a proposta da “pluralidade cultural” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s). Essa lei contribuiu na luta pelo reconhecimento e valorização dos povos africanos, que por muito tempo foram subestimados pelas culturas tradicionais.

A ação conjunta em prol da equidade racial resultou em 2003 na aprovação da Lei 10.693/03 que altera a LDB (9394/96) em seus artigos 26-A e 79-B, e torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Regulamentada pelo Parecer CNE/CP n. 03/2004 e pela Resolução CNE/CP n. 01/2004.

Para que se cumpra a lei o (PNLD) tornou-se o responsável pela escolha do livro didático tendo o dever de fiscalizar os critérios de avaliação na aprovação ou exclusão das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura. Nesse sentido, o livro didático utilizado como complemento do projeto político-pedagógico da escola, certamente contribui para promover a reflexão e a autonomia do educando na construção da sua história e do seu saber.

A respeito do conteúdo didático da África, Munanga (2008, p.1) escreve: Uma tal educação convida para uma olhada crítica sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo. Ora, a educação habitualmente dispensada aos nossos jovens, é enfocada geralmente numa visão eurocêntrica que além de ser monocultural, não respeita nossas diversidades

de gêneros, sexos, religiões, classes sócias, “raças” e etnias, que contribuíram diferentemente na construção do Brasil de hoje, que é um Brasil diverso em todos os sentidos.

A escola, enquanto instituição social tem responsabilidade de promover a todo e qualquer cidadão a política da igualdade, posicionando-se contra toda e qualquer forma de discriminação ficando a cargo do educador cumprir as metas estabelecidas pelo (DCNEM) na Educação das Relações Étnico-Raciais.

Neste contexto, deve ficar claro que é da incumbência do Governo Federal, fiscalizar através das entidades competentes, se a lei depois de algum tempo de aprovação vem surtindo o efeito esperado principalmente nos conteúdos didáticos.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico e teórico-metodológico. Incorporamos também as fontes secundárias e pesquisas on line. Parte desse material fora encontrado na biblioteca central de Manaus e na Universidade Federal do Amazonas-Ufam e/ou disponível na internet. O resultado irá demarcar nossa construção conceitual.

Na escolha do livro didático os critérios de inclusão seguiram nas edições publicadas a partir de 2003, formando um total de 03 livros. Nosso recorte temporal está amparado na Lei 10.693/03 e a aplicação dos PCNs e DCNem. Os autores escolhidos estão constantemente nos ambientes escolar nacional. Para embasar nossa pesquisa, partiremos da tese desenvolvida por Ferracini (2012 PP. 86-197). Ele analisou “A África e suas representações no(s) livros(s) escolar (es) de Geografia no Brasil – 1890-2003”.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando como suporte da pesquisa o livro didático de geografia do ensino médio, iniciamos nossa análise no conteúdo sobre a África.

Começamos a análise pelo livro “**Geografia Geral e do Brasil**”, dos autores Lygia Terra e Marcos de Amorim Coelho, de 2005, direcionado ao ensino médio publicado após a aprovação da lei 10.639/03, na sequência analisamos o livro “**Geografia para o Ensino Médio**” que tem como autor Demétrio Magnolli, 2010, voltado ao ensino médio e finalmente “**Geografia o Mundo em Transição**”, que tem como autor José William Vesentini, de 2014, também específico ao ensino médio.

O livro “**Geografia Geral e do Brasil**”, dos autores Lygia Terra e Marcos Amorim Coelho, da editora Moderna, 2005, com 479 páginas, possui volume único, direcionado ao ensino médio, divididos em duas partes, a primeira composta de seis unidades e vinte e quatro capítulos e a segunda composta de seis unidades e 12 capítulos. Não

há um capítulo exclusivo sobre o Continente Africano, os conteúdos sobre a África estão distribuídos no decorrer das unidades, tomemos como exemplo a unidade 1 – “A organização e Representação do Espaço” que no capítulo 2, na p. 19, trata da temática “Etnia, raça, noção e povo: conceitos” é um pequeno resumo conceitual que discorre sobre raça, justificando os fatores biológicos; a ideia de nação na perspectiva da cultura e fecha a discussão num texto complementar Genes Comuns apresentado em dois parágrafos na caixa de texto.

Na análise do livro aprovado pelo PNLEM 2009, os critérios de inclusão aparecem, entretanto, a organização dos conteúdos dificultou explorar a visibilidade dos povos afrodescendentes e africanos, nesse sentido dificulta-se a contextualização. Com o apoio de Said, citado por Ferracini (2010), “partiu da ideia de que a África é um continente formado de territórios sobrepostos, de histórias entrelaçadas, que geraram geografias particulares em cada áreas do território africano”.

Sobre o livro **“Geografia para o Ensino Médio”**, que tem como autor Demétrio Magnoli, teve produção pela editora Saraiva, em 2010, 1ª edição com 222 páginas, direcionado ao ensino médio, possuindo doze capítulos, respectivamente em apenas um capítulo trata-se da temática África. O referido capítulo é o décimo segundo e por sinal o último, composta por quinze laudas sendo duas de exercícios, e tem por título “Unidade e Diversidade da África”, o subtítulo que trata sobre a África é chamado de “África no Norte e África subsaariana”, apresenta dezoito imagens do continente dividido em oito de mapas e gráficos, três de escravos, uma do europeu, três de guerras e prisão, uma de religião, uma de refugiado e a imagem que chama atenção encontra-se na p.196, em um texto complementar de ¼ da lauda sobre a Independência de Gana e o líder ganês Kwame Nkrumah. Os textos são de cunho informativo e em algumas temáticas como “A África e o futuro”, inicia-se uma visível discussão. As imagens retratadas apresentam viés positivista e em alguns textos a referência ao europeu é retratada de forma positiva, contudo faz referências a questão racial como “O Estado do Apartheid” como citado em Vesentini; Vlach (2003 p.189). “A partir de abril de 1994, com a realização das primeiras eleições livres e multirraciais na África do Sul para os cargos legislativos e para presidência, desapareceu oficialmente o apartheid”. Mesmo tendo sido aprovada pelo PNLD de 2012, 2013,2014. Fica evidenciado a hierarquização dos conteúdos e o uso repetitivo de imagens negativas do negro.

Analisando o livro **“Geografia o Mundo em Transição”**, que tem como autor José William Vesentini, editado pela editora Ática, em 2013, com 288 páginas, voltado ao ensino médio, com vinte capítulos divididos em quatro unidades, aparecendo o conteúdo sobre a África nesta última unidade intitulada “Periferia e Perspectivas Mundiais”, traz no capítulo dezessete à temática “África” com dezesseis laudas sendo duas de exercício, o autor inicia levantando uma discussão reflexiva, posteriormente desenvolve textos informativos sobre a África setentrional e meridional e discute a condição de pobreza do último indicando alternativas de crescimento a partir das

relações econômicas. Das quinze imagens apresentadas, doze são cartográficas composta de mapas e tabelas, uma de paisagem natural e as duas últimas uma área no centro comercial de Johannesburgo na outra uma refinaria na Líbia, a única que mostra dois possíveis funcionários da refinaria. Um fato importante que surge nessa edição está na p.230, em um texto complementar intitulado “Relações do Brasil com a África”. Atendendo em parte o critério do PNLD, de acordo com o MEC:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e para tanto abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC.

5 | CONCLUSÃO

Na nossa análise usamos como ponto de partida a Lei 10.639/03, que torna obrigatórios o ensino da África e altera o conteúdo dos livros didáticos. Podemos afirmar que nos livros pesquisados, percebemos que mesmo com critérios de avaliação de inclusão das relações étnico-raciais, ainda surgem a reprodução de imagens que pouco retratam o negro, o uso de material cartográfico e expansivo quando se trata do continente africano nas três edições.

Na divisão dos conteúdos é comum à organização por hierarquização, visto no segundo e terceiro livro analisado, em ambos o Continente Africano foi apresentado nos capítulos finais repetindo à organização de edições anteriores a lei. A presença da Geografia quantitativa ainda se repete através dos gráficos e tabelas. A edição que mais apresentou alteração foi do Vesentini mostrando explicações sobre as imagens, mas, não em todas. Mesmo assim ainda constatamos a permanência de alguns estereótipos do negro escravizado ou em estado servil.

Não podemos negar a forma como foi construída a imagem da África ao longo dos anos nos livros didáticos, mas sem a explicação da imagem a lacuna da desigualdade permanece. Nosso papel não é criticar as edições e seus. Entretanto, nossa função enquanto educador é de contribuir para a mudança nas relações étnico-raciais no ambiente escolar.

Um dos recursos importantes apoiados pelas Ações Afirmativas propõe o uso de paradidáticos para suprir as lacunas deixadas pelos livros didáticos, a SEPPIR, auxilia na produção desses livros que irão ajudar o conhecimento sobre a história da África, dos africanos e afrodescendentes na valorização de suas culturas, do seu pluralismo étnico e diversidade cultural, na construção da identidade racial brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 4.885, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Disponível: <http://www.presidencia.gov.br/seppir/Acessado em 09/07/2015>.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: [s.n.], 2005.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)**, lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 25 § 4º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Revista Tempo [online], vol. 12, n. 23, 2007. Acesso em 09/07/2015.

FERRACINI, R. A. L. **A África do Brasil: estudo sobre a representação da África no livro didático (1890-2003).** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS E GEOGRAFIA, 2008, São Paulo. SEMINÁRIO Internacional. São Paulo, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio: política, economia e espaço mundial,** volume 3. – 1ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

MUNANGA, K. **Por que Ensinar a África na Escola Brasileira. Conferência de Comemoração do dia da África.** [s.l.]:[s.n.], 2008. Disponível em: <https://terreirodejaua.wordpress.com/tag/camacari/>. Acesso em 08/07/15

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Nelson Fernandes. **Inocência da Africanidade e Religiosidade: Uma possibilidade de abordagem sobre as Sagradas Matrizes Africanas na Escola. In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Brasília Ministério da Educação. 2005.

TERRA Lygia e COELHO Marcos de Amorim. **Geografia geral e Geografia e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico:** volume único. 1. Edição. São Paulo: [s.n.], 2005.

VESENTINI, José William e VLACH Vânia. **Geografia do Mundo Subdesenvolvido.** [s.l.]: Ática, 2003.

VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição:** ensino médio 2.e Edição. São Paulo: Ática, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-81-9



9 788585 107819